

Para Além das Urnas

A opinião pública mostra-se insaciável em matéria de moralidade: quanto mais lhe é dado, mais insatisfeita fica. O Congresso aguçou-lhe o apetite moralista com a CPI da corrupção governamental, mas não lhe saciou o paladar com o *impeachment* de Collor. Foi o ponto mais alto de uma expectativa favorável à representação política.

A conclusão da CPI do Orçamento, que acabou com o festival dos *anões* e apontou dúzia e meia de parlamentares comprometidos com a apropriação indebita, marcou o ponto de retorno ao espírito corporativista. A frustração se confirmou com a lista dos apontados para a perda do mandato, que seria o grande teste para o Congresso.

Não se pode querer que os cidadãos perfilhem raciocínio jurídico e julguem comportamento político com base na lei. Como eleitores e contribuintes, cedem à emoção cívica e resistem à razão legal, que é suspeita de servir mais à impunidade do que à Justiça. Tanto mais alto conseguiu o Congresso levantar o seu conceito político, mais contundente se prenunciava a queda. O episódio da absolvição do deputado Ricardo Fiúza na Comissão de Constituição e Justiça, depois da confirmação — em plenário — da improcedência da acusação ao deputado Anibal Teixeira, teve o efeito previsível: à imagem de um Congresso que não dá conta da sua missão, acrescenta-se à velha suspeita de que tende a inocentar sempre os seus.

O fato é que a sociedade esperava muito mais do Congresso, e esta expectativa dificilmente mudará. A sociedade tende a ficar mais exigente, à espera da aceitação das críticas ao seu procedimento corporativo, e a cobrar punição exemplar. A futura representação deverá se purificar com o sacrifício da atual. O moralismo, não se sabe por quanto tempo, tende a acompanhar de perto a política brasileira como a dimensão ética que lhe faltava. É no moralismo que os cidadãos têm a participação ao seu alcance.

A sociedade esperava mais, porém o Congresso se mostra parcimonioso em atender à exigência moral dos eleitores. Nem da sua própria responsabilidade política a atual representação conseguiu dar conta. No último ano da atual legislatura, o Congresso acusa perda de identidade como instituição, com crescente risco de vir a pagar por isso mais do que sob a forma de renovação sem precedente. A prevalência do interesse próprio sobre o interesse geral acentua a impressão de começo do fim de alguma coisa na vida política brasileira.

O duplo sentimento de que, política e moralmen-

te, o Congresso vem falhando não resultou apenas do malogro da revisão constitucional e da reversão de expectativas de punição dos próprios mandatários transviados. A CPI e o *impeachment* de Fernando Collor não foram entendidos como pagamento adiantado para a Câmara e o Senado voltarem a ser como sempre foram, embora sem a grandeza parlamentar do passado, com grandes oradores e vultos que falavam à alma dos cidadãos nos momentos decisivos.

Cresce o sentimento de risco à medida que o país parece andar perto de se tornar inadministrável, depois que o Congresso se declarou disposto a fazer a revisão constitucional mas não foi capaz de passar da intenção à ação, e ao confirmar o receio de que, mais cedo ou mais tarde, a disposição moralizadora voltaria à estaca zero.

Para as elites, o Congresso, pela incapacidade de fazer a revisão, está atrofiando a sua função política. Para a opinião pública, inibiu o seu senso moral ao refrear a vontade punitiva, que representaria sem dúvida a ansiada purificação. De alto a baixo, a sociedade toma consciência de que é de todo impossível governar democraticamente sem Congresso. Mas a que conclusão se pode chegar diante da omissão política e da indiferença ética?

O Congresso não faz nem deixa fazer. Nada de que o Executivo precisa consegue aprovação parlamentar. Tudo que pede é negado. Não é propriamente uma barreira oposicionista, mas um vácuo de lideranças que tecem apenas interesses pessoais e de grupos. Há um sentimento de que, a continuar assim, a situação institucional se agravará. O sistema de governo é presidencialista por tradição histórica e por opção do eleitorado. O Congresso, no entanto, abstém-se de remover na Constituição a marca parlamentarista que inviabiliza o funcionamento político. O parlamentarismo que não deu certo subsiste por baixo do pano graças à convivência dos partidos que não se mobilizam.

Sem restaurar os meios de ação presidencialista, vai ficando cada vez mais nítido o contorno da ditadura que o Congresso exerce de fato, contra a vontade explícita dos cidadãos e com risco institucional indescartável.

O Congresso está parecendo aquele personagem de Agatha Christie que colecionava inimigos no início da trama. Ninguém desconhece o destino que o aguarda. Neste caso, infelizmente, somos personagens do mesmo drama.